

Andima: tabelamento de juros é resultado de desinformação

Economistas acham que a medida não terá valor prático

MÓNICA MAGNAVITA

Foto de Ricardo Belli



Marcos Jacobsen: o próprio mercado foi o maior culpado pela situação que levou à decisão da Constituinte

Uma coisa ficou clara com a decisão da Constituinte de tabelar os juros em 12%: o sistema financeiro nacional precisa de uma reforma que reduza a participação do Estado, acabe com o monopólio do Governo sobre o dinheiro barato e estimule as instituições independentes. A conclusão, do Presidente da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima), Marcos Jacobsen, vem acompanhada da afirmação de que os 70% dos congressistas que votaram a favor da medida o fizeram por total desinformação. E Jacobsen não hesita em apontar o próprio sistema financeiro como o maior culpado por tudo isso.

— Temos que acabar com a síndrome do banqueiro suíço tropical — avisa. — Antes, as coisas aconteciam nos gabinetes, a portas fechadas, agora o jogo é no Maracanãzinho, com torcida organizada, e o juiz é a sociedade brasileira.

Disposto a mobilizar esta grande "torcida" (45 milhões de poupadores) para evitar a aprovação do tabelamento no segundo turno, o Presidente da Andima, que também é Diretor do Bamerindus, responsabiliza as lideranças do mercado financeiro por terem se acomodado com os ganhos fáceis da LBC/LFT e não se preocuparem com a atualização do sistema.

— Está na hora de mudanças — diz ele. — Precisamos recuperar nosso principal objetivo, que é o de reciclar os recursos para o financiamento/crescimento do setor produtivo, e abrir mão dos cartórios. Hoje, o mercado é obrigado a financiar o déficit do Governo e abandonou sua função principal.

O Estado hoje controla 70% dos recursos financeiros disponíveis, sob a forma de depósitos à vista e a prazo, de poupança e títulos públicos. Enquanto os depósitos nos bancos estatais são 52,8% do total, nos bancos privados nacionais são 35% e nos

bancos estrangeiros, 12,2%. Para mudar isso, ele considera fundamental a desestatização do sistema e da poupança.

— Temos que combater o déficit público, mas precisamos ter a sociedade, que hoje financia este déficit, como participante do novo processo de desenvolvimento. Para isso, precisamos de um mercado de capitais forte, que será viabilizado através do mercado de balcão.

Mas, em princípio, quem sairá perdendo com o tabelamento, segundo Jacobsen, será o próprio Governo. Isso porque, com os juros limitados a 12%, ele não terá como financiar seu déficit. As alternativas são emissão de moeda (que pode gerar hiperinflação), aumento de impostos ou corte

dos gastos. Mas Jacobsen não acredita em nenhuma dessas saídas.

A mais provável, segundo ele, será a opção por ativos clandestinos e fuga de divisas, se os juros internacionais forem mais altos que as taxas internas. O próprio Governo, disse Jacobsen, vai encontrar mecanismos paralelos para fugir deste tabelamento. Por isso, na prática, os US\$ 50 bilhões (CZ\$ 7,5 trilhões) que giram diariamente no over não serão afetados. Mesmo porque, ressalta, os juros têm sido de 6% ao ano, o que, considerando a tributação, resulta na realidade em taxas reais negativas.

A sociedade não sabe, mas será tão prejudicada quanto o Governo, diz Jacobsen, pois "quem paga o déficit

são os assalariados e o sistema financeiro".

Ele pondera que os trabalhadores são credores do Governo, porque é com parte de seus recursos (FGTS, PIS/Pasep, fundos de pensão, cadernetas de poupança, contas remuneradas ou fundos de renda fixa) que o déficit é financiado. E nestas condições, sairão perdendo com o tabelamento.

Os constituintes também não sabem disso, afirma Jacobsen, e refletiram o desconhecimento da opinião pública ao aprovar, em massa, o tabelamento dos juros. Mas o que ficou claro nesse resultado, reitera o Presidente da Andima, é que a sociedade entende que o sistema está estruturado de forma errada.

SÃO PAULO — Na opinião dos economistas, a proibição da cobrança de juros reais acima de 12% é uma medida inócua e, na prática, vai se transformar em "letra morta". Isto porque os bancos possuem várias maneiras de burlar a fiscalização, através da cobrança de taxas e reciprocidade (venda casada de outros serviços como seguros ou ações), e não vão emprestar dinheiro aos clientes cobrando taxas menores do que cobram na captação.

— É lógico que a redução dos juros seria benéfica para o País e estimularia a produção, mas no mercado as coisas não funcionam na base da camisa-de-força, e a prática já demonstrou isso — comentou o economista José Maria Arbex, ex-Presidente da Caixa Econômica Estadual de São Paulo e ex-Diretor do Banco Central.

Já o economista Sídeval Aroní, Vice-Presidente do Conselho de Economistas de São Paulo, disse que a melhor alternativa para baixar as taxas de juros seria abrir o mercado, permitindo o funcionamento de maior número de grupos financeiros e agências. Ele também é da opinião de que a limitação de juro máximo de 12% não vai funcionar, pois os

bancos poderão burlar a legislação através de artifícios já conhecidos do mercado financeiro.

— Esta limitação seria até benéfica, mas só funcionaria se o Governo agisse com rigor na fiscalização — comentou o Superintendente de Crédito Rural da Caixa Econômica Estadual, Pedro Maranhão.

Ele citou a legislação referente ao salário mínimo e ao Estatuto da Terra, que podem ser considerados até mais avançados do que a legislação que está sendo aprovada na nova Constituição e que, na prática, nunca funcionaram.

Com relação à maior abertura que os bancos estaduais terão para atuar na área financeira, Pedro Maranhão comentou que a medida será benéfica para as caixas do Rio, São Paulo, Minas, Goiás e Rio Grande do Sul, que terão os mesmos direitos que os bancos privados.

— Atualmente as Caixas estaduais não podem ter como clientes as pessoas jurídicas, que representam o grande filé do mercado financeiro. Isso estava estrangulando a nossa atuação e, nesse ponto, eu apoio totalmente a proposta do Deputado Fernando Gasparian — comentou Pedro Maranhão.

Decisão contraria programa do FMI

BRASÍLIA — A decisão da Constituinte de tabelar os juros do sistema financeiro em 12% ao ano choca-se frontalmente com o programa de ajustamento econômico preconizado pelo Fundo Monetário Internacional. O FMI, cuja missão técnica começou a trabalhar ontem no Banco Central, determina uma política de juros reais positivos nas economias submetidas a ajuste, com o objetivo de induzir ao aumento da poupança interna do País.

Desde abril deste ano, o Banco Central começou a ajustar a política monetária brasileira aos moldes re-

comendados pelo Fundo Monetário. A justificativa do BC é a de que é necessário conter o excesso de liquidez da economia, sob pena de se estimular a formação de estoques especulativos, a exemplo do que ocorreu na época do Plano Cruzado. Para enxugar esse excesso de liquidez, as autoridades monetárias consideram necessário adotar um patamar elevado de juros reais.

Isto significa o encarecimento do custo do dinheiro na intermediação financeira, o que torna inviável o tabelamento dos juros na ponta da aplicação final dos recursos.

Banqueiro prevê maior corrupção

SÃO PAULO — Lamentável. Essa foi a reação do Presidente do Banco de Boston, Henrique Campos Meireles, ao comentar a decisão da Assembleia Nacional Constituinte de tabelar os juros reais em 12% ao ano. Segundo ele, a reação dos bancos credores internacionais foi a pior possível, pois a decisão é sinal claro de que o Brasil ainda não decidiu se deseja integrar-se ao mercado financeiro internacional ou se pretende permanecer para sempre um país atrasado, como Paquistão ou Irã.

Para o Presidente do Banco de Boston, a pior consequência da medida é que, se for realmente incluída no texto final da Constituição, provocará processo de desintermediação na economia, gerando crescimento brutal da corrupção, ágio e fortalecimento dos mercados paralelos.

A mesma reação teve o Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen. Segundo ele, a decisão é inédita em todo o mundo:

— Nem mesmo os países mais atrasados são capazes de incluir uma medida como essa no texto constitucional.

Bornhausen observou ainda que a própria Comissão de Sistematização havia retirado do seu projeto inicial a proposta do Deputado Federal Fernando Gasparian (PMDB-SP) para o tabelamento dos juros.

O Vice-Presidente do Banco Noroeste, Leo Wallace Cochrane, também manifestou preocupação, afirmando que a medida implica na impossibilidade de o Governo adotar qualquer política monetária.

Febraban: taxas são controladas pela política do Governo

SÃO PAULO — O Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz, criticou a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, de tabelar os juros em 12% ao ano.

Rocha Diniz, contudo, tem esperanças de que a medida seja revogada no segundo turno dos trabalhos da Constituinte. Em nota oficial, o Presidente da Febraban afirmou que a política econômica é que controla os juros. Assim, as taxas altas são "decorrência da necessidade do Governo de manter os seus gastos, conter a oferta monetária e evitar a explosão inflacionária".

Para Rocha Diniz, o comportamento dos juros depende de vários fatores, como a oferta e a procura de poupança, a inflação e o nível de déficit público.

— A decisão de tabelar os juros anula a política monetária. Se a medida for aprovada, só restará ao Governo o recurso do choque fiscal, com cortes profundos de despesas e demissões — salientou.

Outro resultado, acrescentou Diniz, é que o investidor poderá ter sua remuneração reduzida. Conseqüentemente, deverá direcionar suas aplicações para mercados de risco, como ouro, dólar no paralelo e imóveis, implicando um processo de desintermediação da economia brasileira. Além disso, o mecanismo já foi tentado no passado, sem sucesso.

— O Plano Cruzado mostrou os efeitos dos juros reais baixos. Eles foram responsáveis pela explosão do programa de estabilização da economia — concluiu Rocha Diniz.